

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 862, DE 2006

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PASTOR FRANKEMBERGEN

I – RELATÓRIO

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006.

Na Exposição de Motivos que acompanha a presente Mensagem, o Ministro das Relações Exteriores esclarece que o Acordo “tem como propósito promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento; apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; o intercâmbio de tecnologia militar, inclusive com visitas recíprocas de cientistas e técnicos; o intercâmbio de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à defesa; educação e treinamento militar; e cooperação em outras áreas de interesse mútuo no campo da defesa”. Acresce que o instrumento prevê, ainda, a criação de Missão de Cooperação Técnico-Militar, a qual terá suas competências definidas por atos específicos do Ministério da Defesa. Encaminhando cópias autenticadas do Acordo, esclarece que, com a participação do Itamaraty, o Ministério da Defesa conduziu as negociações e aprovou o texto final.



49C223B925

II - VOTO DO RELATOR

O Acordo em apreço se insere na Política de Defesa Nacional (PDN), elaborada segundo os princípios constitucionais insertos no art. 4º que regem as relações internacionais, quais sejam, a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

Analisando o quadro internacional atual, a PDN considera que, para o Brasil, “país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também, o Atlântico Sul”, lembrando que “ao examinar as perspectivas estratégicas da região, importa reter que o mosaico de países e sub-regiões que a compõem é extremamente complexo, o que exige uma inserção regional múltipla, baseada em uma política de harmonização de interesses”. Assim, segundo a PDN, o “fortalecimento do processo de integração proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos - desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica -, a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul – resultado de uma ação diplomática positiva e concreta – conformam um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando a concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais.

A perspectiva analisada congloba os objetivos da Defesa Nacional, expressamente contemplada na PDN:

a. a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;

b. a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas;



49C223B925

c. a preservação da coesão e da unidade da Nação;

d. a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;

e. a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior;

f. a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e

g. a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Por fim, dentre as diretrizes emanadas da PDN, o Acordo sob análise atende àquelas que recomendam a atuação “para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais, e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul” e a intensificação do “intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas”, a exemplo dos Acordos já firmados com os países vizinhos da América Latina e países amigos da África do Atlântico Sul e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O presente Acordo com a República da Guiné-Bissau atinge, duplamente, o desiderato brasileiro de intensificação das relações no âmbito do Atlântico Sul e da comunidade lusófona.

Pelo exposto, voto pela aprovação do texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado PASTOR FRANKEMBERGEN

Relator



49C223B925

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2006
(MENSAGEM Nº 862, DE 2006)**

Aprova o texto do Acordo sobre
Cooperação no Domínio da Defesa entre o
Governo da República Federativa do Brasil e o
Governo da República da Guiné-Bissau,
assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação
no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o
Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de
2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos a aprovação do Congresso
Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem
como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da
Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao
patrimônio nacional.–

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de
sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado PASTOR FRANKEMBERGEN
Relator



49C223B925